



Rua Florbela Espanca
1700-195 Lisboa

Conselho Nacional de
Educação

tel.: +351 217 935 245
fax: +351 217 979 093
www.cnedu.pt
cneme@mail.telepac.pt

Relato da 92ª Reunião do Plenário¹

Aos onze dias do mês de Julho de 2007, realizou-se no Conselho Nacional de Educação (CNE) a nonagésima segunda Reunião do Plenário, tendo sido adoptada a seguinte ordem de trabalhos: 1- Aprovação do Relato da 91ª Sessão Plenária; 2- Informações; 3- Apresentação e discussão do projecto de Parecer sobre a Proposta de Lei “Avaliação da Qualidade do Ensino Superior”; 4- Apresentação e discussão do projecto de Parecer sobre a Proposta e Projectos-Lei relativos ao “Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior”; 5- Apresentação do Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (Educação e Formação)”.

O Presidente, Prof. Júlio Pedrosa, iniciou a sessão saudando todos os presentes e, em especial, os Conselheiros que tinham acabado de tomar posse, Domingos Xavier Viegas, em representação das Associações de Pais, e João Pedro Almeida da Rocha Pitta, em representação das Associações de Estudantes do Ensino Superior Universitário. Mais tarde, igualmente se congratulou com participação de José Barata-Moura que inaugurou nesta sessão a sua presença em Plenário, após tomada de posse em data anterior.

Em cumprimento do **ponto 1** da ordem de trabalhos, o Presidente colocou à consideração dos presentes a proposta de Relato da 91ª Reunião do Plenário, tendo esta merecido aprovação por unanimidade.

Passando ao **ponto 2 - Informações** – deu conta da sua participação numa reunião em Taillin, promovida pela EUNEC, sobretudo para ressaltar que, numa reflexão sobre questões críticas no domínio da Educação, se verifica uma grande convergência entre as identificadas pelos representantes de vários países e as que resultaram do Debate Nacional Sobre Educação (DNE), em Portugal, citando a título de exemplo, as que respeitam à missão da escola, na sua relação com os contextos e com a diversidade e com uma correspondente formação de professores, educadores e outros profissionais.

Elogiando o trabalho que vem sendo desenvolvido pelas Comissões Especializadas (CE), informou que em sede de Comissão Coordenadora se fez uma primeira reflexão sobre a missão da 6ª Comissão, em processo de constituição, e sobre as linhas de força do trabalho futuro do CNE que decorrem do Debate e que sistematizou em relação a cada uma das comissões:

1ª CE - O programa de enriquecimento curricular no 1º ciclo.

¹ A gravação integral da Reunião do Plenário encontra-se no Arquivo do CNE.

2ª CE - “Novas Oportunidades” (tema transversal a merecer também a atenção da 4ª e 5ª Comissões); Desenvolvimentos do ensino secundário, articulação com o ensino superior e o processo de Bolonha (também transversal e a abranger praticamente todas as comissões).

3ª CE - Processo de Bolonha e as suas múltiplas interpretações; Sistema dual de ensino superior; Governo das instituições de ensino superior.

4ª CE - Educação não formal, as múltiplas formas de Educação e o papel que os média desempenham nesse processo (temática transversal, a interessar várias Comissões); Escola, Família e Comunidade (também transversal, mas inscrita na agenda desta Comissão com algumas actividades já programadas).

5ª CE - Acompanhamento da avaliação das escolas.

O Presidente encerrou esta apresentação do trabalho de preparação em curso com um apelo à re-inscrição nas comissões, em face do interesse das temáticas em estudo e da constituição da 6ª Comissão, a aconselharem eventualmente uma revisão das prioridades de participação anteriormente definidas.

Informou também que os sítios do DNE e do próprio Conselho tinham sido reestruturados, em resposta a algumas manifestações de desagrado e com integração das respectivas críticas, convidando a uma visita e a posterior comunicação de comentários e sugestões.

Concretizando algumas das actividades mais próximas, lembrou ainda o Programa de Comemoração dos 20 anos do CNE de que havia dado nota no plenário anterior, assinalando especialmente (i) um seminário a realizar no Conselho, em 27 de Setembro, dedicado à temática da Escola, Família e Comunidade, com a intervenção do Professor Don Davies da Universidade de Boston; (ii) uma iniciativa no Porto, a 6 de Novembro, centrada sobre A Escola, Sua Missão, Contextos e Governança, prevendo-se apresentar a edição em Português da publicação do Conselho da Europa *Democratic Governance of Schools*; e (iii) o encerramento no dia 21 de Novembro, particularmente dedicado ao Conselho Nacional de Educação, para reflectir sobre o seu conceito e missão, vistos de diferentes perspectivas (especialistas de ciências jurídicas e políticas, ex-Conselheiros e Conselheiros, além de representantes da Assembleia da República).

Passando ao **ponto 3 – Apresentação e discussão do projecto de Parecer sobre a Proposta de Lei “Avaliação da Qualidade do Ensino Superior”** – a convite do Presidente, o relator designado, Conselheiro Xavier Viegas, apresentou o projecto de Parecer preparado no âmbito da 3ª Comissão Especializada.

Aberta a discussão, pronunciaram-se os Conselheiros José Barata-Moura, Alberto Amaral, Alda Macedo, Jorge Carvalhal e Vitor Dores. Todos manifestaram globalmente a sua concordância com o projecto de Parecer, tendo apenas proposto pequenas precisões de redacção ou abordagens mais incisivas de aspectos considerados fundamentais.

O Presidente colocou à votação o projecto de Parecer, que foi aprovado por unanimidade.

Relativamente ao **ponto 4 – Apresentação e discussão do projecto de Parecer sobre a Proposta e Projectos-Lei relativos ao “Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior”** – o Presidente convidou os relatores a fazerem a sua apresentação, tendo tomado a palavra os Conselheiros Adriano Moreira, Rui Alarcão e Vicente Ferreira, em nome do grupo de relatores de que igualmente fazia parte o Conselheiro Ivo Costa Santos. Aberta a discussão, pronunciaram-se sobre o assunto os Conselheiros José Barata-Moura, Alberto Amaral, Jorge Carvalhal, Carlos Chagas, Vitor Dores, Maria Calado, Paulo Sucena e João Pedro Rocha Pitta. Com apenas uma excepção, todos os Conselheiros que se pronunciaram manifestaram a sua concordância com o teor do projecto de Parecer. No entanto, o Conselheiro Jorge Carvalhal, além de enunciar as críticas que a Proposta do Governo lhe merece, enquanto representante do Ensino Superior Particular e Cooperativo — perspectiva de supletividade do ensino superior privado, ingerência na regulação das relações de trabalho, restrição do acesso às prerrogativas de Pessoa Colectiva de Utilidade Pública —, igualmente manifestou a sua discordância com o sentido geral do projecto de Parecer. Contrariamente

ao que neste se afirma, considera que a Proposta do Governo não é precipitada, porquanto, em sua opinião, a matéria em causa terá sido objecto de discussão desde há vários anos, tendo-se verificado a impossibilidade de reunir um consenso básico entre os académicos, nem é arrojada, ficando, pelo contrário, muito aquém das expectativas criadas na sociedade portuguesa. Em sua opinião, não promove nenhuma mudança, é cautelosa, mantém intacto o regime jurídico actual, apenas precisando a autonomia das instituições, não põe em causa a autoridade do Reitor e consagra o princípio da diversidade organizacional.

Terminada a discussão, o Presidente colocou à votação o projecto de Parecer, que foi aprovado com um voto contra e três abstenções. O Conselheiro Jorge Carvalhal informou que apresentaria uma declaração de voto posteriormente.

Tal como previsto no **ponto 5** da ordem de trabalhos e correspondendo a anterior convite do Presidente, o Secretário de Estado Adjunto e da Educação, Prof. Jorge Pedreira, apresentou ao Conselho o **Programa da Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (Educação e Formação)**. Destacou sobretudo as opções tomadas e respectiva justificação, em termos de prioridades e do lema adoptado pela Presidência Portuguesa no domínio da Educação e Formação, dando igualmente conta das principais iniciativas previstas, as quais resultam de uma ponderação de relevância nacional e transnacional de questões fundamentais a tratar neste domínio. Toda a informação sobre o Programa apresentado estará disponível no Portal da Presidência e no Portal da Educação.

Tendo sido concluída a Ordem de Trabalhos da reunião, o Presidente encerrou o Plenário.